

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 765.528 - RS (2015/0208199-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : DESIRRE BITENCOURT PACHECO  
**AGRAVANTE** : FABIANO MANOEL TEIXEIRA  
**AGRAVANTE** : D & F - AGENTES AUTONOMOS DE INVESTIMENTOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA  
**ADVOGADOS** : MARCUS VINICIUS BOSCHI - RS051026  
JOSÉ ANTÔNIO PAGANELLA BOSCHI - RS054617  
RAQUEL SOUZA DA LUZ BOSCHI E OUTRO(S) - RS062699  
**AGRAVANTE** : PROSPER S/A CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO  
**ADVOGADO** : MÁRIO SATURNINO KRUSE E OUTRO(S) - RS010515  
**AGRAVADO** : SERGIO DAMIANI  
**ADVOGADOS** : EDUARDO KOCHENBORGER SCARPARO E OUTRO(S) - RS065285  
GUILHERME BIER BARCELOS - RS079277  
**INTERES.** : FABIO AUGUSTO WILLERS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por DESIRRE BITENCOURT PACHECO E OUTROS contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. CORRETAGEM. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. AGRAVO RETIDO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DESCABIMENTO. MERCADO DE VALORES. HAVENDO EVIDÊNCIAS A DEMONSTRAR A ATUAÇÃO IRREGULAR DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DEMANDADOS, SENDO FATO NOTÓRIO O EXERCÍCIO ILEGAL DE ATIVIDADE NO MERCADO DE CAPITAIS PELOS MESMOS, IMPÕE-SE A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO RETIDO E DERAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. UNÂNIME (e-STJ, fl. 1.529)*

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (e-STJ, fls. 1.565/1.570).

Nas razões do recurso especial, os ora agravantes alegam violação aos artigos 535 do Código de Processo Civil e 385 do Código Civil. Sustentam, em síntese, que a) "os recorrentes, em diversas oportunidades, acompanhados pelo digno magistrado, na sentença, pontuaram clara e objetivamente, que dito prejuízo se deu na

*compra autorizada de 20.000 ações da empresa Vale do Rio Doce. Esse tema foi, portanto, de amplo, objetivo e irrestrito enfrentamento nos autos e plenamente debatido. Nada obstante essa tese ter sido expressamente contemplada na contestação, memoriais, sentença e ainda nas contrarrazões de apelo, o acórdão sobre ela foi absolutamente silente negando vigência ao artigo 535 do Código de Processo Civil e tomando-se nulo por negativa de prestação jurisdicional" (e-STJ, fl. 1.589); e b) nulidade do acórdão por omissão quanto à tese da remissão da dívida arguida na contestação.*

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.635/1.650, e -STJ.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado Administrativo 2 do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

De início, cumpre asseverar que não se visualiza a alegada violação ao artigo 535, do CPC/73, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, deixando consignado o entendimento de que constatada a atividade irregular exercida pelos recorrentes, deve ser reconhecido o dever de indenizar.

Impende ressaltar que "*se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte*" (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12.12.1994). Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, Relator o eminente Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 16.05.2005; REsp 685.168/RS, Relator o eminente Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 02.05.2005.

Destarte, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal, o magistrado não está obrigado a se pronunciar sobre todos os pontos abordados pelas partes,

momento quando já tiver decidido a controvérsia sob outros fundamentos (EDcl no Resp 202.056/SP, 3ª Turma, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ de 21.10.2001).

Ademais, não há como apreciar a tese de remissão da dívida com base na alegada violação ao artigo 385 do Código Civil, porquanto a simples oposição de embargos de declaração, sem que a matéria tenha sido efetivamente discutida e decidida pela corte *a quo*, não é suficiente para caracterizar o requisito do prequestionamento. Aplica-se, no ponto, o Enunciado Sumular n. 211 desta Corte Superior.

Impõe-se recordar que não há contradição ao se afastar a alegada violação do artigo 535 do CPC e, ao mesmo tempo, não conhecer do recurso por ausência de prequestionamento, porquanto é perfeitamente possível o julgado encontrar-se devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a questão à luz dos preceitos jurídicos desejados pela parte, seja em razão da preclusão, seja em razão da adoção de fundamentos jurídicos diversos, sobretudo diante do brocardo *da mihi factum, dabo tibi jus*. Nesse sentido, colhem-se estes precedentes:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
VIOLAÇÃO DOS ARTS.**

**489, § 1º, IV e V, e 1.022 do CPC/2015 NÃO CONFIGURADA.  
DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DAS  
SÚMULAS 283 E 284 DO STF. COLISÃO ENTRE PREMISSAS  
DE NATUREZA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.  
AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.**

1. Não há violação dos arts. 489, § 1º, IV e V, e 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, emitindo pronunciamento de forma clara e fundamentada. 2. Inexiste omissão no aresto que, embora com fundamentação diversa da pretendia pela parte insurgente, desata a questão jurídica posta em juízo.

3. Os embargos de declaração não constituem meio idôneo a sanar eventual *error in judicando*, não lhes sendo atribuível efeitos infringentes caso não haja, de fato, omissão, obscuridade ou contradição.

4. Quanto à questão de fundo, é importante que se diga que, ao contrário do que faz crer a parte recorrente, não houve acolhimento da litispendência a ponto de ensejar a aplicação do dispositivo legal tido por afrontado, pois a Corte local, na verdade, determinou a reunião dos autos para que haja posterior verificação acerca da litispendência entre as ações.

5. A argumentação contida no recurso especial não possui elementos suficientes para infirmar as razões colacionadas no

*acórdão recorrido, pois não ataca especificamente os fundamentos utilizados pela instância a quo para dirimir a controvérsia, o que impõe o não conhecimento da pretensão, a teor do entendimento das Súmulas 283 e 284 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação a fundamento autônomo.*

*6. Ademais, no tocante à alegação de que teria havido reformatio in pejus, sob a assertiva de que o juízo de primeiro grau já havia reconhecido a litispendência, repita-se que o Sodalício a quo determinou a reunião dos autos para que, posteriormente, fosse verificada a existência de litispendência ou continência entre as demandas.*

*7. Há, portanto, nítida colisão entre premissas de natureza fática, as quais não podem ser revistas em recurso especial, pois, para isso, seria necessário reanálise dos elementos fático-probatórios constantes do presente processo, o que não se admite nesta estreita via recursal, ante o óbice da Súmula 7/STJ.*

*8. As teses relacionadas à suposta afronta aos arts. 1.008 e 1.013 do CPC/2015, em que pese a oposição de embargos de declaração, não foram objeto de debate na instância de origem. Incidência da Súmula 211/STJ ao vertente caso, ante a falta do necessário prequestionamento da matéria.*

*9. Agravo Interno não provido.*

(AgInt no AREsp 1294074/MG, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018)

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. PÓS-QUESTIONAMENTO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

*1. Não há falar em violação do art. 535 do Código de Processo Civil/73 pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.*

*2. A pretensão de ver analisados argumentos não veiculados anteriormente, mas trazidos somente com a oposição de embargos de declaração, não configura prequestionamento, e sim pós-questionamento. Por essa razão, a ausência de manifestação do Tribunal sobre a questão não implica violação ao disposto no art.*

*535 do Código de Processo Civil/73. Incidência da Súmula 211/STJ.*

*3. O Tribunal de origem consigna a necessidade de serem anuladas as deliberações da assembleia de condomínio ocorrida no dia*

*12/06/2006, que gerou a rerratificação da convenção, pois não foi comprovada a convocação de todos os condôminos para tal reunião. A reforma do aresto, nestes aspectos, demanda inegável necessidade de reexame de matéria probatória, providência inviável de ser adotada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.*

*4. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 1027484/MG, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 19/05/2017)

*PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*4. Não há contradição em afastar a alegada violação do art. 535 do CPC e, ao mesmo tempo, não conhecer do mérito da demanda por ausência de prequestionamento, desde que o acórdão recorrido esteja adequadamente fundamentado.*

*5. Modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, de modo a acolher a tese da recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7/STJ.*

*6. Agravo Regimental não provido*

(AgRg no AREsp 543.829/RJ, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 30/10/2014).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator